



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

**POLÍTICA E INSTITUIÇÕES: FONTES PARA O ESTUDO DOS PARTIDOS
POLÍTICOS NA BAHIA (1945-1965)**Roberta Lisana Rocha Santos*
(UESB)José Alves Dias**
(UESB)**RESUMO**

Este texto apresenta as fontes disponíveis para o estudo dos partidos políticos na Bahia, especialmente, entre os anos de 1945 e 1965, dando ênfase à União Democrática Nacional (UDN) e suas ambiguidades.

PALAVRAS-CHAVE: Política, Partidos, Arquivos**INTRODUÇÃO**

A questão partidária brasileira tem sido um tema bastante recorrente na historiografia. Desde o início da década de 1970 vários estudos dão conta da imperiosa necessidade de conhecer a trajetória dessas instituições desde o período imperial até o presente.⁴²⁵

⁴²⁵ Sobre os partidos políticos brasileiros consultar: Afonso Arinos de Melo Franco. História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil. 2ª. Ed., São Paulo: Alfa-Ômega, 1974; Maria do Carmo Campello de Souza. Estado e partidos políticos no Brasil.(1930 - 1964). São Paulo: Alfa-Ômega, 1976; Vamireh Chacon. História dos partidos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas. 2.ªed. Brasília, Editora UNB, 1985; Lucia Hippolito. Vargas e a gênese do sistema partidário brasileiro. Anos 90. Porto Alegre, v 11, n. 19/20, p. 21-47, Jan./Dez.2004; Eder Aparecido de Carvalho. PSD, UDN e PTB, os três grandes partidos da Terceira República. Revista Eletrônica de Ciências Sociais, ano 01, edição 01, p. 152-162. Fev. 2007.

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

Durante o Império, quando os grupos se distinguiam entre liberais e conservadores, o cientista político, Vamireh Chacon, afirma que as grandes questões políticas giravam em torno das eleições e do rodízio de poder. Na medida em que os grupos dominantes desse período se viram ameaçados pelas mudanças econômicas ocorridas, tendo em vista que se atenuaram as diferenças, esses grupos passaram a requisitar a tutela dos quartéis.

Os progressistas e regressistas, como eram conhecidos liberais e conservadores, respectivamente, defenderam seu “status quo” da ameaça dos republicanos, enquanto foi possível. Entretanto, a proclamação da República se deu através de uma reforma política que, na prática, não provocou nenhuma ruptura no sistema patrimonialista e oligárquico vigente.

Naquele momento, o governo federal e as lideranças estaduais deram grande autonomia aos chefes locais, que por sua vez se organizavam em grupos, que pouco se distinguiam das facções do Império. Por isso, ainda não é possível falar em partidos propriamente ditos na primeira República, visto que, o domínio político girava em torno das oligarquias, especialmente, a mineira e a paulista.

Na análise de Afonso Arinos de Melo Franco, somente no período posterior a Revolução de 1930 – aliança de tenentes reformistas, grupos populistas liderados pela coligação democrática de São Paulo e alguns conservadores – formou-se, concretamente, partidos políticos com interesses definidos. Antes disso, falava-se apenas em forças sociais distintas que:

Serve, aqui como ali, para nomear, à falta de melhor expressão, forças sociais e históricas na verdade muito mais amplas do que partidos políticos: classe que porfiavam na disputa pelo domínio do estado, mas que não tinham engendrado ainda este instrumento definido e concretado da luta política que é o partido. (FRANCO, 1974, p. 12).



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

A referida revolução deu ênfase à criação de um sistema multipartidário, representativo da Aliança Liberal e de alguns setores predominantes da sociedade brasileira. A formação desses partidos deu-se através de uma negociação que possibilitou a conexão entre os grandes partidos e pequenos partidos.

Com a instauração do Estado Novo, em 1937, aqueles partidos se viram mais uma vez enfraquecidos. Getúlio Vargas os utilizou como um dos pretextos para justificar seu golpismo, dizia ele:

Tanto os velhos partidos, como os novos em que os velhos se transformaram sob novos rótulos, nada exprimiam ideologicamente, metendo-se à sombra de ambições pessoais ou de predomínios localistas, a serviço de grupos empenhados na partilha dos despojos e nas combinações oportunistas de objetivos subalternos. (apud CHACON, 1985, p.135).

Apenas em 1945, após o fim do período ditatorial, o país viveu o auge do sistema multipartidário, quando as eleições são disputadas por onze partidos. Dentre eles se destacaram o Partido Social Democrático (PSD), de perfil conservador, aglutinador e desenvolvimentista que propunha a revisão da Constituição de 1937; O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que por sua vez, preconizava o reexame da mesma Constituição, assegurando, entretanto, os direitos conquistados pelos trabalhadores e sua representação política; A União Democrática Nacional (UDN) que propunha o fortalecimento da Federação, da representação proporcional, das liberdades de manifestação, da organização sindical e partidária e a reintegração do poder judiciário.

Como de praxe, esses partidos representavam distintos grupos da sociedade brasileira, havendo, em alguns casos, convergências ou conflitos de interesses. O PSD representava, em geral, os produtores rurais e latifundiários conservadores, por outro lado, a UDN era definida como um partido liberal que defendia os



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

interesses da classe média e dos industriais, e o PTB, criado por Vargas, era a extensão do governo dentro dos sindicatos.

Tanto os varguistas quanto seus opositores constituíram-se em fatores decisivos para a formação partidária durante esse período e, apesar da deposição de Vargas em 1945, a burguesia estado-novista permaneceu detentora da hegemonia política. Contudo, as grandes divergências ocorriam entre a UDN e o PSD, as duas legendas de maior representatividade política no Congresso Nacional. Diferente dos demais partidos que estavam ligados a Vargas, a UDN surgiu como uma frente oposição ao varguismo e em defesa das “liberdades democráticas” no melhor estilo burguês e ostentando a bandeira da candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, a presidência da República.

Todavia, paradoxalmente, os liberais udenistas defendiam, ao mesmo tempo, uma democracia robusta e um estado forte. Segundo seus principais articuladores o que estava em jogo era a oposição ao próprio Vargas e não o sistema por ele instaurado.

Por outro lado, o PSD, formado por burocratas que participavam da administração central, se não se constituía em uma base governista sólida para o governo Vargas, por vezes, compunha com este e favoreciam aos interesses situacionistas.

Apesar das diferenças apontadas anteriormente tanto a UDN quanto o PSD buscavam a inserção nas camadas populares. Segundo Eder Carvalho, Nessa conjuntura posterior a 1945, os partidos não estavam mais interessados em atrair apenas a elite, mas, também, conquistar o apoio da população:

Pela primeira vez na história os partidos, através da concorrência organizada pelo voto, se tornaram o mecanismo mais importante para alcançar o poder. Os partidos não estavam mais só ligados às elites, surgindo à necessidade de atrair a massa para lograr o voto – a conquista da simpatia da população passou a ser prioridade, já



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

que estava extinta a era da política oligárquica, a legitimidade não dependia mais somente das elites. (CARVALHO, 2007, p. 154).

Embora, o estudo de todos esses partidos seja fundamental para a compreensão da recente história política brasileira, optou-se pelo estudo da UDN, visto que, além de ter sido um partido vigente por duas décadas, com bastante representatividade dentro do Congresso Nacional, esteve, também, cercado de ambiguidades.

A União Democrática Nacional se caracterizou pela existência de várias tendências em seu interior: do “partido dos cartolas” ao “partido dos bacharéis”, passando, também, pelo “partido do antigetulismo” a alcunha de “partido dos moralistas” foram várias as referências para designar a UDN e os udenismos.

Considerando que o partido foi o resultado da associação de diversas personalidades políticas distintas em uma única legenda, essa pesquisa tem como objetivo perceber como o combate à corrupção administrativa nos discursos parlamentares da UDN, entre 1945 e 1965, reflete no programa partidário e se efetiva na prática política.

Quanto a isso existem três especificidades, a saber: a verificação dos desafios encontrados pelos parlamentares da UDN na tentativa de construir uma imagem de partido combatente da corrupção administrativa; a análise dos discursos parlamentares a fim que se perceba as estratégias da UDN para apresentar-se como um partido moralizador e se obteve sucesso político nessa meta; e, por fim, notar as alterações ocorridas no interior da legenda durante o debate a respeito do moralismo udenista.

Para a concussão desses objetivos foi imprescindível a contribuição de alguns autores que construíram uma bibliografia específica acerca do tema. A obra de Maria Victoria de Mesquita Benevides (1981) coloca-nos diante de uma temática variada e rica que enseja estudos em várias direções.

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

Mesmo assim, a proposta é circunscrever a análise sobre a “Banda de Musica”, grupo parlamentar que se notabilizou pelas denúncias de corrupção contra o governo Vargas. É, na verdade, a oportunidade de investigar questões teóricas acerca da política brasileira, particularmente no tocante ao liberalismo, a democracia e ao combate à corrupção administrativa.

O estudo do moralismo udenista é um excelente ensejo para se desenvolver essa pesquisa, pois, nos permite refletir sobre as relações partidárias que nortearam o recente sistema político brasileiro.

As contradições analisadas por Benevides e encontradas no discurso e na práxis da UDN induzem ao aprofundamento da análise de um aspecto em particular dessa contradição. Trata-se, como dito anteriormente, do interesse pelo combate a corrupção, ao mesmo tempo em que o partido se envolvia com gestões corruptas.

Apesar da extensa bibliografia sobre os partidos indicada neste texto e da excelente obra anteriormente referenciada acerca do moralismo udenista, várias questões, entretanto, permanecem abertas em relação a esta legenda. É fundamental detalhar porque, em sua tarefa discursiva de combater a corrupção administrativa, a UDN fez do moralismo sua razão de ser e em sua atuação parlamentar conseguiu mobilizar, em épocas distintas, vários setores sociais para a sua causa.

Entre os problemas postos aos pesquisadores, destacam alguns, como por exemplo, quais os métodos utilizados pelo partido para alcançar tal fim? A meritocracia foi alternativa ao clientelismo e ao fisiologismo encontrados durante o governo constitucional de Vargas? De que forma o sistema de mérito alcançou os grupos subalternos?



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

Segundo as principais lideranças do partido, a meritocracia foi uma forma de democratização da sociedade que, em tese, permitiria a ascensão popular, além de levar ao rompimento com as antigas práticas oligárquicas.

Quando afirmava que “o poder corrompe”, procurou com o próprio discurso moralista uma maneira de alcançar esse fim. Contraditoriamente, na busca por asseverar-se moralista, a UDN mostrou-se totalmente inapta para atingir o poder e fugiu, quase sempre, aos objetivos precípuos de um partido político moderno. Uma pequena digressão à conceituação e à história partidária pode dimensionar o distanciamento da UDN desse propósito.

História e Partidos Políticos

Na perspectiva de Francisco Falcon há uma relação indissociável entre História e Poder. A trajetória da humanidade está, segundo o autor, permeada de eventos que integram esses eixos conceituais. Todavia, adverte o historiador em tela, há duas perspectivas, a partir das quais é possível abordar o binômio:

Há uma olhar que busca detectar e analisar as muitas formas que revelam a presença do poder na própria história; mas existe um outro olhar que indaga os inúmeros mecanismos e artimanhas através dos quais o poder se manifesta na produção do conhecimento. (CARDOSO, VAINFAS, 1997, p. 61).

Ora, a discussão sobre os partidos é, em última instância, uma análise da correlação das forças políticas na sociedade, visto que, as agremiações partidárias agregam indivíduos obstinados pelo poder. Contribui para essa compreensão a afirmação de Max Weber, segundo o qual,



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

O partido político é uma associação que visa a um fim deliberado, seja ele ‘objetivo’, como a realização de um plano com intuítos materiais ou ideais, seja ‘pessoal’, isto é, destinado a obter benefícios, poder e, conseqüentemente, glória para os chefes e sequazes, ou então voltado para todos esses objetivos conjuntamente. (BOBBIO, 2004, p. 898).

Por sua vez, é no campo da História Política que, tanto a noção de partido quanto a de poder, encontram um campo fértil de análise. Tradicionalmente, essa vertente historiográfica foi terreno exclusivo das instituições, das biografias ilustres e das narrativas bélicas. Por outro lado, da antiguidade ao medievo, tempos de participação popular escassa ou ausente, a disputa pelo poder através da associação em partidos era algo impensável.

Uma vez transposto o absolutismo das monarquias e os domínios imperiais tornou-se mais comum a existência desse tipo associativo. Segundo Norberto Bobbio, é possível que os primeiros partidos políticos tenham surgido nos Estados Unidos e na Europa, em meados do século XIX, sendo este “o momento da afirmação do poder da classe burguesa e, de um ponto de vista político, é o momento da difusão das instituições parlamentares ou da batalha política pela sua constituição.” (IBIDEM, p. 899)

Vamireh Chacon, citando Maurice Duverger, concorda que é efetivamente na Grã-Bretanha, a partir do século XIX, que surgem os partidos políticos modernos, embora reconheça que desde Atenas e Roma já se tivessem registros de associações de pensamento, clubes populares, grupos operantes e parlamentares. (CHACON, 1981, p. 12 e 13)

Segundo pistas deixadas por Chacon, há ainda outros historiadores destacam o pioneirismo dos Estados Unidos que em 1816 já organizara partidos políticos na versão moderna antecipando-se à Grã-Bretanha, cujo estabelecimento

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

desses grupos regulares de discussão e associação política teria se dado somente em 1832. (IBIDEM)

Inicialmente, essas agremiações partidárias compunham-se exclusivamente de notáveis, membros da aristocracia, que aos poucos permitiu a participação de industriais e comerciantes, pressionada pelo aumento do poder econômico da burguesia após a Revolução Industrial.

Em seguida vieram os partidos de massa, compostos de operários que, pressionados pela exploração da sociedade industrial, buscaram meios de expressão para suas demandas. Logo depois, a generalização do sufrágio universal transformou rapidamente a característica dos partidos políticos nivelando-os, independente de sua constituição social, em partidos de massa que se constituíram em “sujeitos de ação política e delegado para agir no sistema a fim de conquistar o poder e governar.” (BOBBIO, 2004, p. 904)

Defina, pois, a relação do partido político com o poder e a inserção de ambos na História Política, cabe refletir sobre as trajetórias individuais no interior das legendas partidárias, compreendendo que a construção das biografias políticas tem formado um novo campo de estudo da História que rompe definitivamente com a concepção tradicional desse campo do saber.

Uma vez superada a fase linear, majestosa e suntuosa da História Política os historiadores puderam inserir em seu ofício uma diversidade enorme de objetos, problemas e abordagens antes inconcebíveis e as trajetórias individuais passaram a compor a História dos Partidos Políticos.

Isso possibilitou aos pesquisadores um novo olhar sobre os documentos e estimulou a organização de acervos especializados em biografias, sem que isso implicasse em prejuízos ou valorização negativa do resultado final. Insere-se nesse contexto o arquivo sobre a UDN e os demais arquivos pessoais que compõem a



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas.⁴²⁶

O acervo documental do CPDOC e a metodologia de abordagem das fontes

Para consecução dos objetivos dessa pesquisa foi essencial a localização de uma série de documentação no CPDOC. Os arquivos são compostos de manuscritos, impressos, fotos, discos, filmes e fitas, esse acervo está estimado em um milhão e trezentos mil documentos, dos quais cerca de um milhão encontram-se referenciados na base de acesso pela internet.

Destacam-se, entre as fontes existentes um número considerável de cartas, fotografias, documentos de trabalho, registros de viagens, diários, diplomas, comprovantes, recibos e programas partidários.

O site institucional do CPDOC informa que grande parte desses documentos origina-se de arquivos pessoais já organizados e selecionados pelo próprio titular, familiares ou assessores políticos que, no desejo preservar sua memória e perenizar suas ações na vida pública, vão acumulando essas informações ao longo da vida.⁴²⁷

Geralmente, o pesquisador utiliza essas fontes como complemento ou para cotejar com outros recursos documentais encontrados em arquivos públicos, entretanto, podem representar um conjunto valioso de recursos para responder à quase totalidade dos problemas levantados em uma pesquisa, a depender da dimensão temporal e dos objetivos propostos.

⁴²⁶ O CPDOC é a Escola de Ciências Sociais e História da Fundação Getúlio Vargas, instituição privada brasileira, sem fins lucrativos, fundada em 1944. Além de guardar o acervo referido, mantém ainda cursos de especialização, mestrados profissionais e acadêmicos, doutorados e uma produção regular de obras relacionadas à História Contemporânea do Brasil, bem como, a edição da revista Estudos Históricos.

⁴²⁷ O acesso aos resumos desse acervo documental pode ser encontrado no site: <http://cpdoc.fgv.br>



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

Via de regra, os pesquisadores que se interessam pela vida privada, pelo cotidiano, bem como, biografias e trajetórias de pessoas públicas têm encontrado nos arquivos do CPDOC um importante aliado para suas pesquisas. A variedade dessas fontes representa, não somente os hábitos pessoais, como também, um panorama das instituições e dos meandros do poder.

Por meio desse acervo teremos a possibilidade de conhecer a história da UDN, porquanto, o arquivo dispõe de informações dos grupos pioneiros na UDN, tais como, as tendências “Banda de Musica” e “Bossa Nova”. Outra potencialidade dos documentos é permitir conhecer a trajetória política de diversos parlamentares desta legenda, ao mesmo tempo em que possibilita a verificação das mudanças no discurso parlamentar.

Além disso, estão disponíveis nos Diários do Congresso Nacional os discursos de vários deputados udenistas de forma completa e seriada. Sua análise pode fundamentar a comprovação das hipóteses aqui levantadas, especialmente, aquelas relativas à percepção das estratégias da UDN em apresentar-se como combatente da corrupção administrativa e eleitoral, visando tornar-se um baluarte moralista.⁴²⁸

A metodologia de abordagem das fontes consistirá, essencialmente, em localizar, sistematizar e analisar cada um dos documentos acessados. A organização dos discursos e a seleção por temas é uma estratégia de levantamento diferenciado para averiguar permanências e continuidades nas posições pessoais e partidárias ao longo de duas décadas.

Entre os procedimentos de uso das fontes para essa pesquisa está a confecção de fichas temáticas, relativas às variações comportamentais de cada uma das tendências udenistas selecionadas, cujo objetivo final é cotejar os embates

⁴²⁸ O link de acesso ao site da Câmara dos Deputados com a íntegra dos discursos parlamentares é: <http://www2.camara.gov.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes>.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

internos e as estratégias da UDN em direção ao poder. Espera-se, com isso, cumprir as etapas previstas para responder as questões propostas ao longo do projeto de pesquisa.

CONCLUSÕES

Pelo exposto, pode concluir que a pesquisa em andamento sobre o moralismo udenista tem, pela frente, enormes desafios. Contudo, as fontes disponíveis e catalogadas no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) e nos Anais e Diários do Congresso Nacional constituem-se em relevantes ferramentas para encontrar respostas às problemáticas levantadas no projeto.

Por outro lado, a diversidade e qualidade da bibliografia referente às teorias dos partidos, em geral, e aos partidos políticos brasileiros, em particular, abriram um vasto campo possibilidades teórico-metodológicas que facilitam a tarefa do pesquisado neófito.

No essencial, a História Política tem sido, há bastante tempo, uma realidade no labor diário do historiador, conquanto, ainda haja incertezas quando a determinadas abordagens, como exemplo, as trajetórias individuais e sua relação com a macro-política. Entretanto, os desafios postos tendem a ser, lentamente, superados pelo trabalho profícuo da pesquisa que é, em última instância, o exercício de produzir e aprender concomitantemente.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

REFERÊNCIAS

- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo**: ambiguidades do liberalismo brasileiro, 1945-1965. São Paulo: Paz e Terra, 1981.
- BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de Política**. 5. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília/São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.
- CARVALHO, Eder Aparecido de. PSD, UDN e PTB, os três grandes partidos da terceira República. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, ano 01, edição 01, p. 152-162. Fev. 2007.
- CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros**: discurso e práxis dos seus programas. 2.ed. Brasília: Editora UNB, 1981.
- Diários do Congresso Nacional
Arquivos do CPDOC/FGV